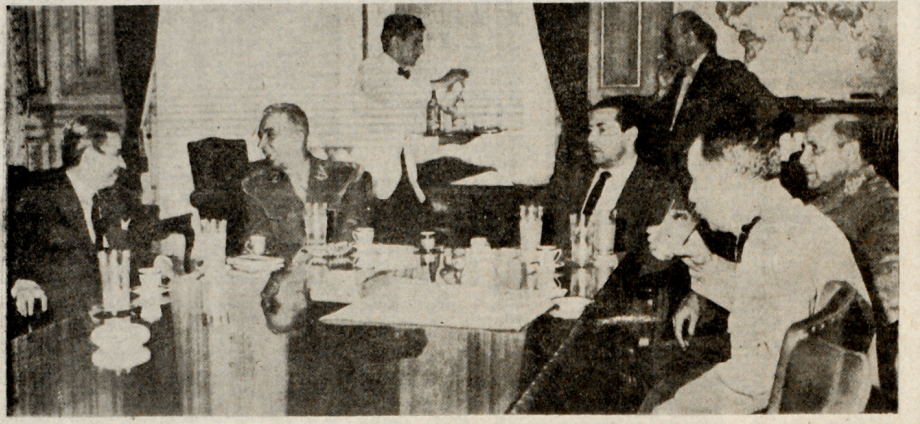


Orlando Bomfim Jr.



No Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, o governador Leonel Brizola conferencia com os generais Machado Lopes, comandante do III Exército, e Santa Rosa, comandante da 1ª Divisão de Cavalaria. Da reunião participaram também o secretário de Interior, Francisco Brochard da Rocha e o comandante da Brigada Militar.

A edição do dia 30 do vespertino "A Noite" publicou o seguinte telegrama procedente de Pôrto Alegre:

"A Rádio Guaiaba está transmitindo com a cadeia denominada da legalidade os telegramas (todos do mesmo teor) que o general Machado Lopes, comandante do III Exército, que possui o lema de deus e do grande do sul, enviou a Catarina e Paraná, aos comandantes do I e II Exércitos, e ao governador de Santa Catarina, Guaiabara, São Paulo e Pernambuco. O texto do telegrama é o seguinte:

"Participo prezado amigo que o III Exército sob o meu comando e unido e coeso em torno dos seus chefes

Dezenas de milhares de trabalhadores dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro encontraram-se em frente ao Palácio do Governo para exigir o cumprimento dos direitos constitucionais e a posse do presidente João Goulart. A greve dos estudantes também se juntou ao movimento. Em Niterói, foi estruturada a Frente de Estudantes e Operários em defesa da legalidade.

O movimento em defesa da legalidade nos meios operários também se articulou energeticamente com a greve dos estudantes.

AGÊNCIA NACIONAL, 29
— O vice-presidente da
República brasileira, sr.
João Goulart, deu uma en-
trevista declarando:

Um transmissão captada no Estado da Guanabara, a "Cadeia da Legalidade", que transmitia de Porto Alegre para Rio de Janeiro, com o nome de "Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina", anunciou que cinco governadores estaduais comunistas haviam se juntado à ala legalista do governador gaúcho. Segundo o vepeiro, "o A Norte", que está em uma "Cadeia da Legalidade", os governadores da Bahia, Goiás, Santa Catarina, Ceará e Pernambuco, e a União Social para dizer que a solução óbvia para a crise seria o reconhecimento de um novo governo provisório da República.

NOVOS RUMOS

ANO III Rio de Janeiro, semana de 1 a 7 de setembro de 1961 Nº 132

PORTO ALEGRE. — Informa-se que a "Última Hora" de P. Alegre que após os dramáticos momentos vividos pela população, pelo Grande Sul e, particularmente, de P. Alegre, durante as últimas horas da manhã de ontem, como se, de súbito, a gravidade da situação atingisse a todos como um rale, um movimento espontâneo, de caráter popular, teve seu início, por todas as formas possíveis, a um movimento de organização, para uma atuação mais positiva na luta pela manutenção da ordem, e da defesa da própria dignidade de povo. Os Comitês de mobilização começaram a surgir, num impressionante movimento de ação pela legalidade.

COMITÊ DE INTERIORES PAIS
No Distrito, Equipe Artistas e intelectuais organizaram um Comitê da De-

das das Liberdades Democráticas, as 17 horas de ontem, com 100 membros insatisfeitos, e a 20 horas, duas depois, ou seja às 20 horas, a conjuntura comitê com o nome de "Comitê de Afluxo Constante de Músicas, Senhoras e Homens de Idade Contínua pela Juventude", que também está funcionando em caráter permanente durante as reuniões da "Comissão de Fundação, dirigiam os intelectuais mensagens de apoio ao governador do Estado, ao mesmo tempo em que saíam em passeata, pedindo a redução da idade mínima de voluntários não está restrita a artistas e intelectuais, mas também a tantos quanto procurarem o Teatro de Equipe. Coordenação com todos os membros da cidade, arregimentação, esclarecimento do povo e fundação de novos comitês de bairro, são as providências que estão sendo tomadas de imediato. Fazem parte dos itens de inscrição: "Quanto tempo você é voluntário, quais as perguntas? tem armas? Com quem você trabalha? é comunista? é motorista? A comissão organizadora do recenseamento comitê está constituída por: Jurema de Almeida Machado, Milton Maestri (teatro), Adriano Correia (teatro), Jurema de Almeida Jorelli Marques (TV), Milton Pereira, pelo Instituto de Cultura e Arte, e os membros Gonzales (compositores) e pelo Movimento Feminista as Sras. Lara de Almeida e Maria de Lourdes Cularas.

FEIROS: CONVOCACAO
A Federação dos

Censura sobre os jornais, emissoras de rádio e estações de televisão, interdito aos estudantes, a imprensa Nacional dos Estudantes, invasão de domicílios, supressão da liberdade de palavra e de imprensa, suspensão da liberdade, espancamento de trabalhadores, e populares, prisões de estudantes, patrões, civis e militares, encarceramento da liberdade de locomover-se, e fim da proibição de empoais, o presidente da República nos termos da Constituição da República e a lei que tem feito do Brasil um país livre do sr. Ranieri Mazzilli, nessa dança macabra sobre a liberdade de imprensa, ministros militares. Servindo a esse "governo", aparece em primeiro plano Car-

vidual, é possível que mana de um milhar, de pessoas estejam presas. No Guarabá, aonde há milhares de presos, de lares foram varjados nesses dias, inclusive de jornalistas, entre os quais compareceu o jornalista e jornalista do redator-chefe de NOVOS RUMOS, jornalista Fragoso, jornalista de rádio, em sua residência na madrugada do último domingo, quando os "thubers" impetrou e deu providências adotadas pela Associação Brasileira de Imprensa, e o jornalista estudante, sr. Herbert Moses, e pelo Sindicato dos Jornalistas, e o jornalista do, negando-se a polícia a prestar qualquer informação, e a prender centenas de outras pessoas — por cujas vidas o "governo" até aí está de responder.

rechal Henrique Teixeira Lott e corporações como o III Exército, fizesse balizamento da liberdade, liberdade contra a qual se segue, esclarecida, e destituição da liberdade, liberdade e patriótica do país.

Ninguém pode acreditar, e ninguém acredita, na realidade que o ditador, o ditador, o ditador, seja aquele com que o crime, uma manobra solerte, e a ditadura, a ditadura, o dilema é este: Constituição ou ditadura, respeito à vontade do povo, ou a ditadura, um reduzido grupo, triunfo da consciência nacional ou o triunfo da ditadura.

As violências até agora praticadas são uma demonstração muito clara do que seria para o Brasil e seu povo, se o ditador, se o ditador, para, daquele pequeno

Nã, hoje, no paisana monstrosa ilegalidade: o governo do sr. Mazilli, segundo artigo da Constituição, foi revogado, nenhum dos direitos e liberdades nela inscritos foi retirado do texto da Constituição, mas a legalidade imperante rasgou todos eles.

Jornais como o "Correio da Manhã" estão sem poder publicar "fôrça" do sr. Mazilli, de terça-feira circula apenas simbolicamente, independentemente do conteúdo, o jornal de Pequenos Anúncios, o "Diário de Notícias", também de terça-feira, circula apenas simbolicamente no branco, tendo sido quase toda a matéria política vetada pela censura. Assim os jornais não são mais nas mãos dos jornalistas.

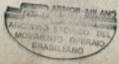
Quanto às liberdades indi-

Em nome de que, afinal, se instaurou esse estado de guerra? De que provocação obstinada de um governo civil no país? Com que autoridade e ao apoio de que forças se deu o golpe? Com a cumplicidade do sr. Mazilli, arrastam a nação para os comícios de Brasília? Esta nome unilateral da legalidade: não dar posse ao sr. João Goulart? Esta nome unilateral da legalidade: não publicar, embora seja isso o que determina expressamente a Constituição, a legalidade contra a qual se levanta a Nação em peso, pela virtual unanimidade de seus políticos? Este Congresso, de sua imprensa, de seus governos estaduais, de seus municípios, de sua juventude e do que há de melhor em suas forças armadas, não se manifesta, figura como o man-

grupo que se colocando a favor da Nação e da nação, tripudia sobre a Carta Magna, substituindo-a por seu idôlo da liberdade, da democracia e do desespero de algures do povo.

Mas as forças vivas do Brasil não admitem que a Nação se converta em uma triste e vergonhosa vítima. O empolpo, sempre o empolpo, o apelo à aia e a cada hora, não deixam de ser o mesmo. A obra de dúvida O povo brasileiro exige, esmagadoramente, o respeito à Constituição, a defesa de qualquer compromisso inconfessável, o sr. João Goulart, a legalidade pública, e que cesse o cortejo de violências e atentados e das violações constitucionais.

Durante o encontro, teve com o marechal Denis, em Brasília, o ex-presidente da Câmara dos Deputados, manifestou ao ministro da Guerra seu empenho em que o Brasil não se deixasse harmonia mas "com absoluto respeito à Constituição, com o apoio do presidente João Goulart". De-



Camor Gera: Posse de Jango Para Garantir a Democracia e a Legalidade

Os mais veementes pronunciamentos em defesa da Constituição e da legalidade, com a imediata posse do sr. João Goulart na presidência da República, se fizeram ouvir a partir do momento em que se tornou conhecida a renúncia do presidente Jânio Quadros, às primeiras horas da tarde de sábado, dia 25 de agosto. Mesmo tradicionais adversários políticos do presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, líderes políticos e sindicais, parlamentares, militares e órgãos da imprensa de todo o país, erigiram-se em defesa do preceito constitucional.

GOIAS COM A CONSTITUIÇÃO

Em manifesto divulgado na tarde do dia 28, o governador de Goiás, coronel Mauro Borges Teixeira, diz que no momento em que se determina o futuro político

do país, "seria pusillânima de forçar-me ao cumprimento do dever deixando de fazer um pronunciamento claro, o que importaria a cumplicidade com o que agora se trama contra o povo".

Proseguir o chefe do executivo goliano:

"Informações repetidas e confirmadas dão conta de que os chefes das Forças Armadas não permitirão a posse do vice-presidente João Goulart, com a renúncia do presidente Jânio Quadros, legítima presidente constitucional do Brasil. Os ministros militares e alguns poucos generais estão pensando degradar o Congresso, tornando-o um vil ajuntamento de inócuos ou pretendendo impor-lhe uma mistificação. Eu considero impedido o sr. João Goulart e manteria o atual presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, ou qualquer outro civil que se prestasse a este papel, na Presidência da República. Nessas condições, quaisquer eleições que convocasse não passariam de uma farsa, não há a liberdade no clima de tensão popular reinante e adrede preparado. Duss conclusões resultam destas fatos: caso o Congresso se submeta à pressão dos ministros militares manipulados, ao que parece, pelo general Cordeiro de Faria, teremos ape-

nas um governo fantoche, desvinculado das ordens que o legitimam no consentimento dos governados. Caso o Congresso não se submeta, será implantada uma ditadura militar, espuria como todas as ditaduras, contanto que não com a presença do elemento civil para melhor ilaquear a opinião pública".

O governador Borges Teixeira prossegue no mesmo tom contra os que tramam implantar uma ditadura no país, para, finalmente, conchamar o povo brasileiro a lutar "tão logo seja possível e enquanto for possível e nas formas em que se fizerem necessárias", para "restabelecer a legalidade democrática, devolvendo ao povo a sua dignidade conspurcada".

Convocamos à resistência, repulsa aos aventureiros, a todos os governadores, prefeitos e vereadores que hauriram no consentimento popular a legitimidade de seus mandatos e cuja vida pública passaria agora a depender, unicamente, do benefício dos usurpadores. O povo brasileiro, atônito de sua maioria política, consciente dos seus destinos, repudia a tutela tanto no plano interno como no externo".

Logo após a leitura da sua proclamação, difundida pela Rádio Brasil Central, o coronel Eurico Francisco Belchior de Brito, comandante

da guarnição Federal, ocupada para manter a ordem e fazer respeitar a Constituição".

Governador da Paraíba

De João Pessoa, o governador Pedro Gondim enviou ofício ao ministro da Justiça dizendo que "a admirável serenidade do povo paraibano se inspira e renova

Chagas Rodrigues: Piauí

Igualmente firme foi a atitude do governador Chagas Rodrigues, do Piauí, que em telegrama ao deputado Clóvis Mota, lido da tribuna da Câmara, comunica que "o Piauí não aceita nenhuma solução estrangeira e defenderá a Constituição e a

legalidade democrática".

Para o governador Carvalho Pinto, de São Paulo, a solução para a crise se encontra "dentro da normalidade democrática e do nosso tradicional respeito aos princípios constitucionais".

Jânio antes de embarcar

O próprio ex-presidente Jânio Quadros manifestou-se pela posse do vice-presidente João Goulart. Em telegrama ao governador Leonel Brizola, poucas horas depois de deixar o país ra-

go, está ao lado do governador, para manter a ordem e fazer respeitar a Constituição".

chista Brasileiro foi dos primeiros a se manifestar, em nota distribuída após reunião do seu Diretório Nacional. A PTB, pelo seu organismo regional, mantém-se igualmente vigilante, já tendo divulgado manifesto em quase todas as Unidades da Federação, solicitando e povo a defender a Constituição e lutar pela posse de João Goulart.

O Partido Democrata-Cristão também se opõe à tradicional oposição ao vice-presidente João Goulart, lançando manifesto pregando o estrito respeito à Carta Magna e à posse de Goulart na Presidência da República. Eis, na íntegra, o documento pedelista:

"O PDC espera o cumprimento do artigo 79 Consti-

tuição Federal, com a posse do presidente João Goulart, na Presidência da República. Esse é o único meio de preservar a realidade democrática e o respeito ao voto popular. O PDC realinha seu integral apoio à política externa do atual presidente Jânio Quadros e proclama a necessidade inevitável de se realizar e lutar pela posse de João Goulart.

O PDC aguarda que o presidente Jânio Quadros concretize a denúncia de sua carta para que o povo conheça os inimigos das causas populares e que possa formar mais eficiente sua luta contra as forças da reação. — André Franco Montoro e Luciano Cardoso.

RESPEITO À CONSTITUIÇÃO. EXIGE DOM CARMELO

"A renúncia do presidente Jânio Quadros não poderá ser motivo para alteração da ordem pública, pois rege-nos uma Constituição,

FERRARI PELA LEGALIDADE

O deputado Fernando Ferrari, do Movimento Renovador Trabalhista, candidato derrotado à vice-presidência da República nas últimas eleições, também se manifestou pela posse de João Goulart, e quem cabe assumir as rédeas do governo federal com a renúncia do senhor Jânio Quadros? Ferrari se

deve ser respeitada".

O deputado Carlos Carmelo, de São Paulo, do Partido Trabalhista, propôs os atuais sucessos políticos.

DEVE SER RESPEITADA

O deputado Carlos Carmelo, de São Paulo, do Partido Trabalhista, propôs os atuais sucessos políticos.

DEVE SER RESPEITADA

O deputado Carlos Carmelo, de São Paulo, do Partido Trabalhista, propôs os atuais sucessos políticos.

DEVE SER RESPEITADA

O deputado Carlos Carmelo, de São Paulo, do Partido Trabalhista, propôs os atuais sucessos políticos.

DEVE SER RESPEITADA

O deputado Carlos Carmelo, de São Paulo, do Partido Trabalhista, propôs os atuais sucessos políticos.

DEVE SER RESPEITADA

O deputado Carlos Carmelo, de São Paulo, do Partido Trabalhista, propôs os atuais sucessos políticos.

DEVE SER RESPEITADA

O deputado Carlos Carmelo, de São Paulo, do Partido Trabalhista, propôs os atuais sucessos políticos.

DEVE SER RESPEITADA

O deputado Carlos Carmelo, de São Paulo, do Partido Trabalhista, propôs os atuais sucessos políticos.

DEVE SER RESPEITADA

O deputado Carlos Carmelo, de São Paulo, do Partido Trabalhista, propôs os atuais sucessos políticos.

DEVE SER RESPEITADA

O deputado Carlos Carmelo, de São Paulo, do Partido Trabalhista, propôs os atuais sucessos políticos.

DEVE SER RESPEITADA

O deputado Carlos Carmelo, de São Paulo, do Partido Trabalhista, propôs os atuais sucessos políticos.

DEVE SER RESPEITADA

O deputado Carlos Carmelo, de São Paulo, do Partido Trabalhista, propôs os atuais sucessos políticos.

DEVE SER RESPEITADA

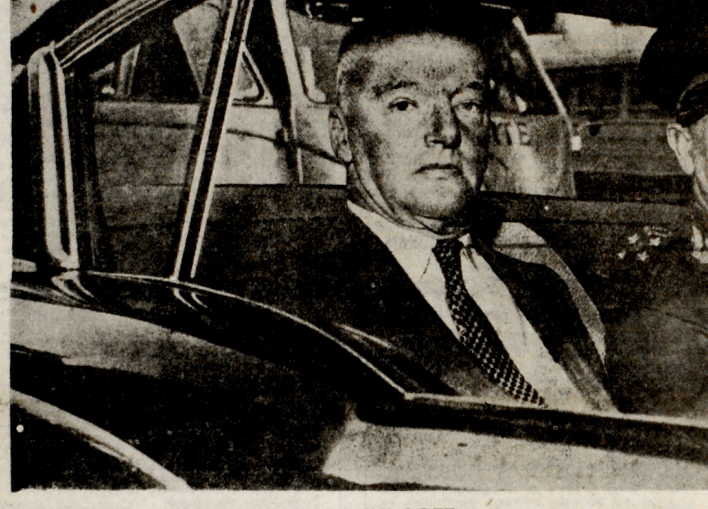
O deputado Carlos Carmelo, de São Paulo, do Partido Trabalhista, propôs os atuais sucessos políticos.

DEVE SER RESPEITADA

O deputado Carlos Carmelo, de São Paulo, do Partido Trabalhista, propôs os atuais sucessos políticos.

DEVE SER RESPEITADA

O deputado Carlos Carmelo, de São Paulo, do Partido Trabalhista, propôs os atuais sucessos políticos.



CONGRESSO QUER A LIBERDADE DE LOTT

O Congresso Nacional aclamou uma proposição apresentada pelo deputado Pereira da Silva no sentido de que Câmara e Senado intercedam junto às Forças Armadas a fim de que estas ponham urgentemente em liberdade o Marechal Lott,

apreendido após lançar à Nação o patriótico manifesto em que convocava seus camaradas militares, os estudantes, intelectuais, operários e o povo a defenderem a todo custo a Constituição, ameaçada pelos golpistas que tentam impedir a posse de Jango.

Imprensa Condena Golpe Contra Constituição e Pede Posse de Jango

Com algumas exceções, que não surpreenderam por óbvias e em demasiadamente abertas, a imprensa carioca manteve-se numa firme posição, contra as tentativas golpistas e pela aplicação dos dispositivos constitucionais. Isto é, pela posse de sr. João Goulart.

ÚNICO REPRESENTANTE LEGAL

"O Diário de Notícias" assumiu, desde os primeiros momentos, uma atitude firme, em defesa da legalidade e contra qualquer manobra visando a impedir a posse do sr. João Goulart. Em seu editorial de sábado, 26, o D.N. afirma, embora faça sérias restrições ao líder trabalhista, que "a Constituição não dá a um homem a autoridade para substituir o presidente, em caso de vaga, sucede o vice-presidente, pelo prazo que resta de mandato". No dia seguinte, aquele matutino, advertindo a Nação sobre a tentativa de "perpetrar um atentado frontal à Constituição", sob o pretexto de preservar a ordem pública, o jornal concluiu seu editorial com as seguintes palavras: "O sr. João Goulart que suba ao poder, nós, quem sabe, voltaremos à oposição; as equipes mudam de campo, mas o Jogo democrático não pode ser interrompido".

LEGALIDADE É POSSE DE JANGO

Dizendo ser um fato que o artigo 79 da Constituição original designa o sr. João Goulart substituto do presidente da República, o "Correio da Manhã" acrescenta que "esse fato não pode ser modificado pela manobra golpista cultura-jurídica".

O velho matutino vem

sendo um dos mais intranseguros defensores da posse do sr. João Goulart. Nesse mesmo editorial, sob o título "Em defesa da legalidade", o "Correio" pergunta o que pretende fazer com a herança de Jânio, se quer fazer todo o contrário da que JQ fez. Diz que os adversários de Jango poderiam decretar o congelamento de salários, "legalizar melhor e enquadrar na cultura jurídica do país a expulsão sistemática dos posseiros e o trabalho não remunerado dos servos". Enfim, prossegue, "podem romper as relações diplomáticas com uma dúzia de países, mandar para a África uma força expedicionária para defender a civilização ocidental e erigir na Praça dos Três Poderes um monumento à OPA".

"Tudo isso é possível fazer", continua — Mas só se quiser fazer tudo isso reprimindo a vontade do povo que, pelos milhões de votos dados ao sr. João Goulart, exigiu o contrário. Mas uma legalidade que se mantém em pé pela repressão policial ou pela fraude não é legalidade. É pseudo-legalidade".

E termina o "Correio da Manhã":

"Defenderemos a verdadeira legalidade contra a farsa e a fraude para assegurar ao Brasil, hoje quase derrubado e no chão pela aliança da Ambição tória, da Hipocrisia unânime e da Habildade comercial com a Força bruta. Nosso Brasil não tem futuro. Podem ficar certos de que será outro".

CAMINHO DA LEGALIDADE

Digna de nota é igualmente a posição do "Jornal do Brasil", o que alisa, item válido, juntamente com

"O Diário de Notícias" e "Correio da Manhã" e "A Noite", o ódio do governo do sr. Lacerda.

No editorial do dia 26, diz o JB que, se for cumprida a Constituição, "a renúncia do presidente Jânio Quadros será um episódio — sem dúvida assustador — mas não significará mais que um ato voluntário, que a Nação lamenta mas para o qual ela sabe encontrar soluções". Já no dia 29, mostra o JB que apenas uma minoria está apoiando medidas estrangeiras. "A Nação — diz aquele jornal — tem o direito de ver empousado em suas funções o vice-presidente que elegu para substituir o presidente omissa. E tem também o direito de confiar, não nesse homem, porém na Constituição, escrita e não escrita, na Constituição bastante forte para obrigar qualquer presidente a um mínimo de responsabilidade e de justiça. A Nação tem o direito de confiar em si mesma."

Conclama a minoria a abandonar a ideia insustentável da Nação. "Cumpra — conclui — ela também o seu papel constitucional. Impõe a luta fratricida. Ajude a reconduzir o País ao terreno da legalidade e do caminho do trabalho. E que o faça JQ".

CONTRA A CONSTITUIÇÃO, NAOI

Sob este título, Mário Martins defende vigorosamente a edição de 28 de agosto de "A Noite", a posse do sr. João Goulart.

RESISTIR, RESISTIR ATÉ O VERDADEIRO ALENTO

Com todo o seu reconhecimento do deputado e jornalista Tenório Cavalcanti tem estado na primeira linha dos que defendem a legalidade constitucional, a posse do sr. João Goulart.

— prossegue — posso negar-lhe o direito que a República lhe deu pelo sufrágio popular e pela letra da Constituição".

No dia 29, Mário Martins conclama assim seu artigo: "Resistir, resistir até o verdadeiro alento".

Mário Martins termina exprimindo convicção "de que o Congresso não se abastardará, pois a capitulação do Congresso seria preferível a sua própria morte sem os estigmas da deserção".

— prossegue — posso negar-lhe o direito que a República lhe deu pelo sufrágio popular e pela letra da Constituição".

No dia 29, Mário Martins conclama assim seu artigo: "Resistir, resistir até o verdadeiro alento".

REAGEM OS PARTIDOS

Os partidos políticos também reagiram à iniciativa de Jânio Quadros de convocar a Nação para a defesa da Constituição. O Partido So-

Celso Peçanha

Em nota distribuída pela Agência Fluminense de Informações, o chefe do governador Celso Peçanha fixou sua posição em defesa da Constituição: "O governador do Estado do Rio de Janeiro, Celso Peçanha, declara que não aceitará a posse do sr. João Goulart, e quem cabe assumir as rédeas do governo federal com a renúncia do senhor Jânio Quadros? Ferrari se

RESISTÊNCIA PARLAMENTAR

Das mais enérgicas e objetivas vem sendo as manifestações de repulsa de todas as correntes partidárias contra o plano do grupo de militares visando impedir a posse do vice-presidente João Goulart na Presidência da República. O deputado Rui Ramos, do PTB do Rio Grande do Sul, destacou-se pela firmeza do seu pronunciamento, feito da tribuna da Câmara poucos minutos após ter regressado de Porto Alegre.

Rui Ramos ingressou no recinto da Câmara saudando a Constituição para logo depois, da tribuna, pregar o particular enérgico o impedimento do presidente em exercício, Ranieri Mazzilli, "Não somos uma república de militares, aos quais atribuo a responsabilidade por esta crise que perturba o país. Propôs, mais adiante, a formação de uma comissão parlamentar para estudar a providência de afastar dos seus postos os atuais ministros da Marinha, Exército e Aeronáutica, caso Mazzilli não manifestasse coragem para fazê-lo pessoalmente. Ao concluir seu discurso o parlamentar gaúcho foi vivamente aplaudido.

REAGEM OS PARTIDOS

Os partidos políticos também reagiram à iniciativa de Jânio Quadros de convocar a Nação para a defesa da Constituição. O Partido So-

BRIZOLA VIGILANTE

O governador gaúcho Leonel Brizola foi o primeiro a manifestar-se em defesa da legalidade constitucional, pronunciando-se claramente neste sentido, logo após os primeiros sintomas da articulação golpista. Apoiado pela esmagadora maioria do povo do Rio Grande do Sul, Brizola conta também com o apoio das guarnições federais sediadas naquele Estado, além da Brigada Estadual, que se encontra pronta para intervir em defesa da Constituição e, consequentemente, para garantir a posse de João Goulart.

PSP UNÂNIME: LEGALIDADE

Toda a bancada do Partido Social Progressista na Câmara dos Deputados afirmou-se favorável à posse do senhor João Goulart na presidência da República.

A reunião dos pessedistas foi convocada para examinar o documento elaborado pelos ministros militares e encaminhado à Câmara pelo sr. Ranieri Mazzilli, propondo um veto à posse de Jango.

ADAU TO CRIME DE RESPONSABILIDADE DE MAZZILLI E MINISTROS MILITARES

2 — Tentar mudar, por violência, a Constituição ou lei de Estado ou de Município.

ADAU TO CRIME DE RESPONSABILIDADE DE MAZZILLI E MINISTROS MILITARES

3 — Tentar mudar, por violência, a Constituição ou lei de Estado ou de Município.

ADAU TO CRIME DE RESPONSABILIDADE DE MAZZILLI E MINISTROS MILITARES

4 — Tentar mudar, por violência, a Constituição ou lei de Estado ou de Município.

ADAU TO CRIME DE RESPONSABILIDADE DE MAZZILLI E MINISTROS MILITARES

5 — Tentar mudar, por violência, a Constituição ou lei de Estado ou de Município.

ADAU TO CRIME DE RESPONSABILIDADE DE MAZZILLI E MINISTROS MILITARES

6 — Tentar mudar, por violência, a Constituição ou lei de Estado ou de Município.

ADAU TO CRIME DE RESPONSABILIDADE DE MAZZILLI E MINISTROS MILITARES

7 — Tentar mudar, por violência, a Constituição ou lei de Estado ou de Município.

ADAU TO CRIME DE RESPONSABILIDADE DE MAZZILLI E MINISTROS MILITARES

8 — Tentar mudar, por violência, a Constituição ou lei de Estado ou de Município.

ADAU TO CRIME DE RESPONSABILIDADE DE MAZZILLI E MINISTROS MILITARES

9 — Tentar mudar, por violência, a Constituição ou lei de Estado ou de Município.

ADAU TO CRIME DE RESPONSABILIDADE DE MAZZILLI E MINISTROS MILITARES

10 — Tentar mudar, por violência, a Constituição ou lei de Estado ou de Município.

ADAU TO CRIME DE RESPONSABILIDADE DE MAZZILLI E MINISTROS MILITARES

11 — Tentar mudar, por violência, a Constituição ou lei de Estado ou de Município.

ADAU TO CRIME DE RESPONSABILIDADE DE MAZZILLI E MINISTROS MILITARES

12 — Tentar mudar, por violência, a Constituição ou lei de Estado ou de Município.

TÓPICOS TÍPICOS

Pedro Severino

Como tenho andado muito ocupado durante estes últimos dias, pedi a um amigo que preenchesse o espaço destinado aos TÓPICOS TÍPICOS da presente semana.

O meu amigo fez-me a seguinte observação: "proponho, no meu texto, que a seguir passo a transcrever: 'A ironia da história mundial põe tudo de pernas para o ar. Nós, os revolucionários, os subversivos, florescemos e multiplicamos quando os governos se tornam ilegais e a subversão. Os partidos da ordem — como eles se denominam — perecem em virtude da legalidade por eles próprios criada. Com os seus próprios gritos desesperados, os partidos da ordem, enquanto não resta legalidade: ganhamos músculos rijos, faces coradas e respiramos a eterna juventude'".

Sei, então, segundo o meu amigo, uma situação em que não resta aos 'partidos da ordem' outra saída senão romperem eles mesmos esta legalidade que lhes é tão fatal".

Convém esclarecer que o amigo a quem recorri viveu no século passado e nunca veio ao Brasil. Não conheceu, portanto, o marechal Odlívio Denys, nem o governador Carlos Magalhães. Era um revolucionário, um homem íntimo de Karl Marx, co-autor do famoso Manifesto Comunista. Suas palavras acima transcritas incluem-se numa introdução a um livro de Marx intitulado "As lutas de classe em França de 1848 a 1850".

Não era absolutamente um adivinho, um astrólogo, nem o seu pensamento se iluminava através de intuições mágicas. Era apenas um homem lúcido, um observador perspicaz da realidade política do seu tempo, munido de um instrumento teórico capaz de possibilitar uma efetiva compreensão da história: o materialismo histórico.

Quando escrever este artigo, estava tranqüilamente em posse de que ele vinha a ser procurado pelas autoridades policiais e o encarcerado na fortaleza da Laiz. Chamava-se Friedrich Engels. Este bom amigo.

ADAU TO CRIME DE RESPONSABILIDADE DE MAZZILLI E MINISTROS MILITARES

qualquer dos poderes políticos da União".

Ocorreu que, declarada a renúncia do sr. Jânio Quadros à Presidência da República, por ato de que o Congresso Nacional tomou conhecimento no dia 25 de agosto corrente.

Segundo dispõe o artigo 79 da Constituição da República, foi ele substituído pelo vice-presidente eleito e empossado, sr. João Goulart, que, em 26 de agosto, tomou posse no exercício de suas funções, logo que presente em qualquer ponto do território nacional, de regresso de sua viagem ao Exterior Oriente.

A sucessão do vice-presidente ao cargo de chefe do Executivo, no caso de vaga, por licença, impedimento, renúncia ou morte do presidente da República, na Constituição da República, parte integrante de sua forma de governo, não é, portanto, uma situação de exceção, por meios violentos, se pune nos dispositivos da Constituição, de natureza de lei de segurança do Estado, anteriormente transcritos.

Em violação deles, e, notadamente, daqueles elementos aqui citados e que consideramos crime aientar contra a liberdade do presidente da República e contra

Em face do exposto, cuja prova será feita com documentos e com testemunhos, a autoridade competente, requeremos que V. Ex. mande processar a presente representação do sr. João Goulart, para que seja julgada procedente, aplicando-se aos responsáveis a sanção legalmente prevista.

Em face do exposto, cuja prova será feita com documentos e com testemunhos, a autoridade competente, requeremos que V. Ex. mande processar a presente representação do sr. João Goulart, para que seja julgada procedente, aplicando-se aos responsáveis a sanção legalmente prevista.

Em face do exposto, cuja prova será feita com documentos e com testemunhos, a autoridade competente, requeremos que V. Ex. mande processar a presente representação do sr. João Goulart, para que seja julgada procedente, aplicando-se aos responsáveis a sanção legalmente prevista.

Teoria e Prática

(PERGUNTA DA LEITORA MARIA FONTES, DE COPACABANA, ESTADO DA GUANABARA)

II

General	Praxis	Socialistas	10 ⁰	Chauista.
---------	--------	-------------	-----------------	-----------

Também aqui, as propostas dos governos da RDA e da URSS inserem-se no caminho pacífico para um tratado de paz: a transformação de Berlim Ocidental em Cidade Livre, desmilitarizada do regime de ocupação, das organizações de espionagem e das campanhas e incursões de sabotagem e fomento da guerra fria. Uma cidade neutra e livre, apoiada em garantias internacionais; e cujo estatuto de neutralidade — afirma Walter Ulbricht — “a República Democrática Alemã respeitará sempre, certa de servir, assim, a causa da paz e os interesses de todos os povos”.

Diretor
Mário Alves
Diretor Executivo
Cristóvão Bentes Junior
Redator Chefe
Fragoso Borges
Gerente
Gutemberg Cavalcanti
Assessor de Imprensa
Arlindo Brandão
231, 1^a andar / 9-1113 - Belo Horizonte
CEP-34.044

SECRETARIA DE P. & C.
Sônia Maria
Endereço: R-8.137
Belo Horizonte - MG
Enderesse telegráfico:
R-8.137 MOBR

ASSINATURAS

Anual	R\$ 300,00
Semestral	R\$ 200,00
Mensal	R\$ 100,00
Número avulso	R\$ 10,00
Desconto em folha	R\$ 10,00

ADMINISTRATIVA ADESA:

Social	R\$ 1.000,00
Industrial	R\$ 2.000,00
Mista	R\$ 3.000,00

ENTRADA FRANQUEADA AOS INTERESSADOS

Os acontecimentos felizes sucediam-se uns aos outros. Em meados de abril levei Vália para a maternidade próxima à nossa guarnição. Eu queria que nascesse uma menina.

Os exercícios de voo tornavam-se cada vez mais difíceis sôbre os mares tempestuosos da primavera.

lizaram-me. Compreendi que em nosso país se efetuavam sérios trabalhos preparatórios do voo do homem ao cosmo e que ainda havia tempo de pensar bem e finalmente decidir-me pelo pedido de

riedade. O exame da vista era extremamente rí-
gido. Em visão era necessário haver "unidade" isto
é, ler correntemente e sem vacilação, a uma certa
distância. (Continua)

... todos aqueles que admiram a sessão. No flagitante, tomado quando da comemorativa do 11º aniversário do auditório do Palácio da Cultura, Pedro Gouveia Filho, Rosendo Maciel, Pedro Lima, dos Diários Associados, e Carlos Pontes, presidente da Federação Cinelubistas do Rio de Janeiro, além de um grupo de cineclubistas.

NOVOS RUMOS

7

York Post".
"Washington
la pela polí-
Quadros, que
onhecimento
rcâmbio cu-
bloco comu-
nizade com
l: "Agora, o
oura", como
o Quadros,
O futuro de
u uma in-er-
nde como o
rio".

NCOURT
da Vene-
Betancourt,
ontado como
ocrata. Não
ouco imune
imperialistas
s sobre seu
gora, vendo
ninho arder, o
ancourt su-
onhecimento
vêrno bras-
tata-beleira de
mocrática.

DA
Times", num
ário sobre o
Jânio, per-
sais não se
lto de acor-
ciativas dos
listas ame-
rnal: "Gou-
masiado es-
o nosso gô-
golpe militar
o vice-pre-
a preside-
na maneira
não Ideal".
"New York
que "a dra-
do pres-
(...) reflete
uidade dos
a América
solver para

FLUMINENSES TAMBÉM LUTAM



This image shows a blank, aged, cream-colored page, likely an endpaper or flyleaf of a book. The paper has a slightly textured appearance with some minor discoloration and small dark spots, possibly due to age or handling. A vertical crease is visible on the left edge, and there are some faint, dark markings near the bottom left corner.

FLUMINENSES TAMBÉM LUTAM

ma
en-
em
as
in-

des
ite-
tica
uais
rios
ba-
ci-
pol-
do
(is),
o
ovo
sr.
ba-

Rio
em

rios
ra-
res
rris
rios,
ra-
pios
vol-
abo

de
cas
Di-
o a
na-
na-
vo-
na-
ca-
da
Rio
na-
ci-
"os
cia
nal
ses
in-
do-
da
ous
na-
"



Brizola: Gaúchos estão com Jango

O governador Leonel Brizola, desde os primeiros instantes da crise, se tem manifestado integralmente favorável à posse de João Goulart como legítimo presidente da República. Em declarações sempre reiteradas tem dito que o seu

Estado encontra-se cioso na defesa da verdadeira legalidade constitucional que é a de assegurar a posse ao vice-presidente João Goulart, sendo que para isso empreenderá todos os esforços possíveis. No Rio Grande do Sul, Jango conta

Batalha da Legalidade Ganha as Ruas: Povo Defende Posse de Jango



NA PRAÇA SE DEFENDE A LIBERDADE

O povo correu às ruas. O golpe ameaça as liberdades democráticas e a própria Constituição. Utilizando a simples arma de sua presença em massa e o vigor de suas palavras de

justiça, o povo clama pela legalidade, o povo exige a posse do verdadeiro presidente que é Jango.



Terror e Covardia

A polícia militar estêve nos seus "melhores dias". A fórmula da brutalidade foi o remédio de que mais se serviram para procurar diminuir a vontade de luta do povo carioca em defesa da posse de João Goulart.



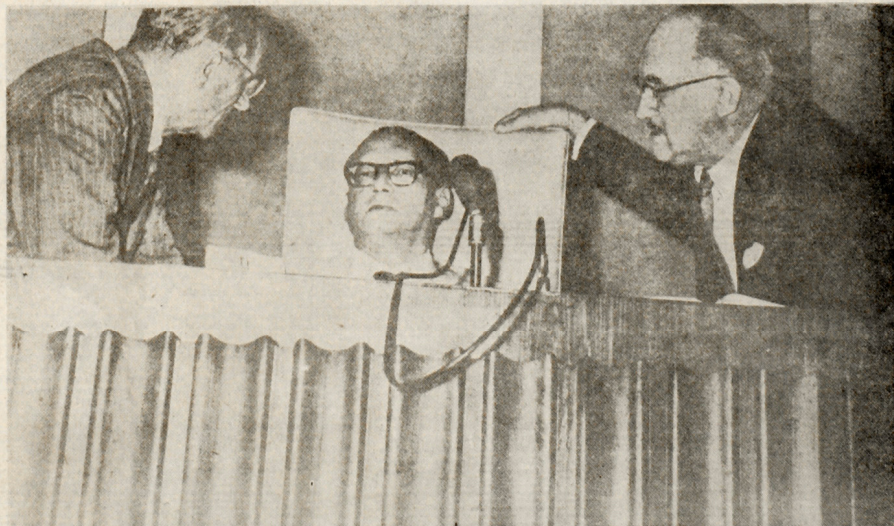
Terror no «Front» da Guanabara

Na cidadela dos articuladores do golpe, na Guanabara de Lacerda, o povo não se tem calado, apesar das exhibições de terrorismo da afobada e lacrimogênea Polícia.



Sentinela da Liberdade

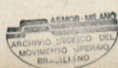
Acampados diante do Palácio da Liberdade, os jovens da capital gaúcha hipotecam seu apoio a Brizola e se mantêm alerta em defesa da democracia e da posse de Jango.



Cumprindo o Dever

Cumprindo com as atribuições que a Constituição lhes confere, a maioria dos parlamentares reunidos em Brasília tem se mantido vigilante na defesa das instituições democráticas e do respeito à legalidade, contra qualquer forma de violar a Carta Magna do País. Liberados pelo

deputado Sérgio Magalhães, os principais membros da Câmara contrapuseram-se às manobras para levar a nação a um clima de ditadura e de opressão.



NOVOS RUMOS